

KELVIN MELO

## PINTURA DESFIGURADA

O ateliê de pintura Cândido Portinari, mais conhecido como Pamplonão, no térreo do antigo prédio da reitoria, está interdito desde o dia 29. A medida da direção da unidade acompanha recomendação do Escritório Técnico da Universidade (ETU) que aponta risco de queda do teto. Não há previsão para a reabertura do espaço de 1.500m<sup>2</sup>, que atende pelo menos 31 professores e 650 estudantes.

## Artigo

MAYRA GOULART,

Presidenta da AdUFRJ e professora do IFCS/UFRJ

## “NÃO VAMOS ADMITIR INTERFERÊNCIAS EM NOSSA AUTONOMIA SINDICAL”

No momento em que os docentes das instituições federais de ensino superior estão empenhados em construir uma proposta de reajuste salarial em conjunto com o coletivo do funcionalismo público, a direção do nosso sindicato nacional parece mais preocupada em tecer manobras para se perpetuar no poder. Sob argumentos anacrônicos e burocráticos — e, mais uma vez, distante da realidade das bases que tanto apregoa representar —, a diretoria do Andes tem interferido nas escolhas das delegações de algumas seções sindicais e até de sindicatos autônomos ao 42º congresso da entidade, a ser realizado em Fortaleza, no fim de fevereiro.

Preso a um artigo do estatuto que restringe a escolha dos delegados a assembleias “presenciais”, o grupo que controla a direção do Andes negou a inscrição das delegações de seções sindicais — como a AdUFRJ e a APUFPR — e convocou até assembleia paralela em um sindicato autônomo, o APUBH, que representa os docentes da UFMG e tem registro sindical próprio. Em comum, as direções desses locais são de oposição à diretoria nacional.

É uma grave denúncia que tem que ser conhecida pelos docentes das federais de todo o país, pois essa prática os afasta das instâncias de decisão de nosso sindicato nacional e, por conseguinte, impede uma ampla e democrática participação nas lutas por melhores condições salariais e de trabalho da categoria. Achamos importante fortalecer o Andes, pois sabemos de sua importância na defesa de nossa categoria e na articulação com a luta coletiva dos servidores federais, mas não podemos aceitar que a direção nacional, para garantir maioria absoluta em suas instâncias decisórias, desrespeite a vontade das bases.

Não vamos admitir interferências em nossa autonomia sindical. Uma tentativa de interferência foi ensaiada na última eleição da AdUFRJ. No mesmo dia 15 de setembro do ano passado, quando as urnas indicaram a vitória do nosso grupo político por 62% dos 1.499 votos, a diretoria do Andes enviou um comunicado indicando não reconhecer como legítima a nossa eleição e levantando a possibilidade de judicialização e até de anulação do pleito. Tudo porque não aceita o voto não presencial, como o virtual, nas eleições das seções sindicais.

Mas a perseguição continuou. Após dois anos de credenciamento de delegações escolhidas em processos virtuais, a direção do Andes rejeitou este ano a nossa delegação votada por 238 professores. O processo foi resultado de um diálogo com a nossa oposição, com base na proporção de votos de cada campo nas últimas eleições, e os delegados foram eleitos pelos docentes

## APUFPR CONTESTA REJEIÇÃO DO ANDES À DELEGAÇÃO ELEITA PARA O 42º CONGRESSO

A Associação dos Professores da Universidade Federal do Paraná (APUFPR) enviou ofício ao Andes, na segunda-feira (29), sustentando a escolha soberana de seus filiados dos delegados da seção sindical ao 42º congresso do sindicato nacional. A direção do Andes — assim como fez com a AdUFRJ e outras seções sindicais de oposição — não aceitou a inscrição da delegação sob o argumento de que a escolha não foi feita em assembleia “presencial”.

O ofício destaca que a assembleia que escolheu os delegados contou com a participação de 95 docentes — sendo dez fisicamente presentes, na sede da seção sindical, e 85 participando presencialmente de forma online. “Observamos que a negação de credenciamento da delega-

ção da APUFPR parece ignorar o significado atual e prático da presencialidade. Em um contexto em que a tecnologia permite a participação remota em tempo real, a “presença online” não deve ser considerada como “não presencial”. A definição de presencialidade não deve se limitar à presença física no local, mas sim à participação direta, ativa e simultânea nas deliberações, cenário hoje amplamente admitido pelo ordenamento jurídico”, diz o documento.

Assinado pela presidenta da APUFPR, professora Andrea Stingen, o ofício alerta que a decisão da direção nacional em negar o credenciamento da delegação paranaense pode configurar conduta antissindical. “Negar o credenciamento da segunda maior seção sindical

que estavam na assembleia presencialmente e online.

Optamos por uma construção com nossa oposição justamente por entender a importância do pluralismo e da representatividade dos diferentes grupos que compõem o movimento docente. É esse entendimento não majoritário e pluralista de democracia que nos difere da atual diretoria do Andes. Esse grupo almeja, por meio de manobras regimentais, garantir sua maioria absoluta, suprimindo e calando toda e qualquer oposição.

Integro, com orgulho, um projeto político escolhido pelos professores da UFRJ, desde 2015, que acredita na diversificação das formas de luta e mobilização para ampliar a participação dos docentes. Não só dos militantes, mas também dos professores que fazem o dia a dia de nossas universidades, nas salas de aula, nos laboratórios, nos grupos de pesquisa. E temos avançado. Se no passado uma assembleia presencial com apenas 11 pessoas (sendo cinco da própria diretoria) era capaz de eleger uma delegação que supostamente representaria mais de 3 mil professores sindicalizados, hoje, por meio de assembleias híbridas e voto virtual, podemos contar com mais de 230 colegas das mais variadas unidades e centros participando da decisão sobre a delegação que irá representá-los no congresso.

Não há como negar que essa ampliação é um ganho para a democracia, fortalece as nossas posições e decisões, envolve a categoria nos assuntos sindicais e oxigena nosso movimento. Quanto mais pessoas pudermos trazer para junto de nós, mesmo que pensem diferente, mais forte será a nossa atuação. A mobilização dos nossos colegas passa, portanto, por novas formas de participação. O contrário é apostar no imobilismo e no esvaziamento dos espaços sindicais.

Também por isso reafirmamos a importância da possibilidade de participação e voto virtuais, como forma de incluir os docentes dos mais diversos campi universitários, além de cuidadores de idosos, mães e pais que em alguns horários do dia ou épocas do ano não teriam como participar presencialmente de uma assembleia.

Parece, no entanto, que a diretoria nacional não é sensível a nenhum desses casos e ignora a realidade, reivindicando um estatuto arcaico, elitista e desconectado da vida concreta dos professores universitários. Vale destacar que o método que o Andes apresenta hoje como solução para a multicampia foi implementado inicialmente pela AdUFRJ em 2015 e foi rejeitado por anos pelo grupo que hegemoniza a direção nacional. Assim como a AG multicampi se impôs como realidade concreta, as votações eletrônicas e assembleias híbridas também estão se impondo, apesar da visão arcaica da direção nacional.

levanta questões sobre a coerência e a aplicação uniforme das regras estatutárias por parte do sindicato nacional, afetando a credibilidade e a integridade de suas decisões”, alerta o ofício. E questiona: “É mais democrático e representativo ter uma assembleia com apenas 10 professores fisicamente presentes em um auditório ou é mais inclusivo e representativo permitir uma assembleia híbrida com a participação de 95 professores presentes de forma física e de forma online pela multicampia da Universidade Federal do Paraná?”.

O ofício solicita o registro completo de participantes em cada assembleia geral de eleição de delegados para o 42º congresso em todas as AD’s do país e pede que a direção do Andes reveja sua decisão, “considerando o amplo respaldo democrático da assembleia da APUFPR e a natureza da presencialidade no contexto tecnológico em que vivemos”.



## CONVÊNIO

Os professores filiados à AdUFRJ contam com um setor de convênios, que firma parcerias com empresas prestadoras de serviços em diferentes áreas (veja relação abaixo). A proposta é oferecer descontos em estabelecimentos como escolas, cursos, academias, clínicas estéticas e de saúde, entre outros. Para mais informações, os interessados podem entrar em contato com Meriane, no tel: (21) 99358-2477 ou pelo e-mail: meriane@adufrrj.org.br.

## RIO DE JANEIRO

-  IBEU
-  CLUB PET
-  MAPLE BEAR TIJUCA
-  MIT CUIDADORES
-  ACADEMIA TIJUCA FIT
-  MADONA CLINIC
-  Psicare PSICARE
-  FISIOTERAPIA RJ LTDA
-  CRECHE AMANHECENDO
-  CRECHE ESCOLA RECRIAR
-  CESTA CAMPONESA DE ALIMENTOS SAUDÁVEIS
-  ROÇA URBANA ORGÂNICOS
-  JC LUZ CORRETORA
-  FLORA ENERGIA SUSTENTÁVEL
-  BAUKURS CENTRO DE ATIVIDADES CULTURAIS
-  MACAÉ ESCOLA ALFA
-  CLÍNICA ESTAÇÃO CORPORAL
-  HUMANA CLÍNICA MULTIDISCIPLINAR
-  MAIS FITNESS ACADEMIA
-  CORPUS CENTRO DE QUALIDADE DE VIDA
-  RIO DE JANEIRO E MACAÉ INSPIRE ENERGIA SOLAR
-  KALUNGA PAPELARIA
-  DROGARIA RAIA

## Sindicatos apresentam contraproposta ao governo

> Documento protocolado no Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos indica reposição de 22,71% para os docentes, parcelada em três vezes de 7,06%, entre 2024 e 2026

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Representantes do Fonasefe — fórum que reúne parte dos servidores do Executivo federal — e do Fonacate — instância que congrega os servidores de carreiras típicas de Estado — apresentaram uma contraproposta unificada ao governo federal no último dia 31 de janeiro. O documento foi recebido por José Lopes Feijó, secretário de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos (MGI).

A pauta de reivindicações é uma resposta à proposta apresentada pelo governo, que não previa reajuste salarial para este ano, apenas 4,5% para 2025 e 2026. O documento, adiantado na última edição do Jornal da AdUFRJ, sugere que a recomposição dos servidores deve obedecer a percentuais diferentes para dois grupos. O grupo 1 teria direito a um índice de 34,32% parcelados em três vezes de 10,34%, entre 2024 e 2026. O grupo 2, do qual os professores universitários e EBT fazem parte, faria jus a um reajuste de 22,71% divididos também em três parcelas, de 2024 a 2026, de 7,06%.

Além dos índices de recomposição, o documento apontou para a necessidade de o governo federal reconhecer a defasagem salarial desde 2010 e a se comprometer a discutir um plano de recuperação das perdas para ser implementado nos próximos anos. Ainda no quesito financeiro, os sindicatos exigem a equiparação dos benefícios com os servidores do Legislativo e do Judiciário ainda em 2024.

Presidenta da AdUFRJ, a professora Mayra Goulart destaca



ELINE LUZ/IMPRESA ANDES-SN

a importância da pauta salarial unificada e escalonada. “A proposta é estratégica, uma vez que dialoga com a nossa demanda de reconhecimento das perdas, mas também com a ideia de disciplina fiscal, comprometendo o governo a buscar espaço fiscal para encontrar essa recomposição total demandada”, sinaliza a dirigente.

Mayra afirma que essa disciplina fiscal não é algo desejado ou demandado pelos servidores. “Mas é um impositivo da correlação de forças disposta na sociedade e é o alicerce de uma frente ampla que tem conseguido, a duras penas, conter o avanço da extrema direita no país”, destaca. Por esses aspectos, a AdUFRJ foi favorável ao documento.

Rudinei Marques, presidente

“A proposta é estratégica, uma vez que dialoga com a nossa demanda de reconhecimento das perdas, mas também com a ideia de disciplina fiscal”

MAYRA GOULART  
Presidenta da AdUFRJ

do Fonacate, reforça que a proposta do governo é excludente em relação aos servidores aposentados e pensionistas, porque considera para este ano apenas o reajuste dos benefícios de quem está na ativa. Por isso, a contraproposta unificada ganha mais relevância no cenário nacional. “Um reajuste para todos os servidores, aí sim, alcançaria os aposentados. Daí a importância da proposta de reajuste salarial”, destaca.

Um dia antes da entrega do documento, os sindicatos nacionais de servidores se reuniram na plenária do Fonasefe, em Brasília. A expectativa dos servidores é de que haja avanço nas negociações na próxima mesa marcada para o dia 22 de fevereiro. Alguns grupos ameaçam greve, caso as negociações

não avancem. David Lobão, dirigente do Fonasefe e do Sinasefe, o sindicato dos servidores da educação básica federal, indica a greve. “Temos condições de preparar essa greve, se não reestruturarmos nossas carreiras. Queremos negociar com o governo, no dia 22, com paralisações em todo o Brasil. Depois da resposta, vamos fazer assembleias pelo país para que a categoria defina quais caminhos tomaremos a partir da resposta do governo”, conta.

Ele também destaca a importância de apresentar uma resposta ao governo. “A nossa contraproposta é um caminho natural num processo de negociação. É importante que a gente mostre que estamos atuando pelo diálogo. Nossa proposta tem conteúdo”.

## CONSUNI DISCUTE RECURSOS DE UNIDADES PARA PROFESSORES SUBSTITUTOS

O primeiro Conselho Universitário do ano aconteceu nesta quinta-feira, dia 1º de fevereiro, para analisar os recursos de unidades acadêmicas sobre vagas para professores substitutos. A deliberação do colegiado é importante porque algumas unidades corriam risco de não poder oferecer disciplinas obrigatórias já no primeiro semestre deste ano. O caso da Faculdade Nacional

de Direito era o exemplo mais dramático. Segundo o diretor da unidade, professor Carlos Bolonha, cerca de 1.600 alunos poderiam ficar sem determinadas aulas se as vagas pedidas fossem recusadas pelo colegiado. “Não completamos o quadro permanente necessário de 119 professores há dez anos”, afirmou. “Temos sempre um excesso de alunos oficialmente matriculados na universidade e uma demanda de transferên-

cias externas de 64 vagas, ou seja, mais uma turma inteira”, contou. “Tem sido um crime cometido contra a FND deixar alunos sem aulas”.

A FND pleiteou sete vagas para o Departamento de Direito Civil e quatro vagas para o Departamento de Direito Social. Os pareceres da Comissão de Desenvolvimento do Consuni indicaram acatar cinco vagas para o Direito Civil e três para o Direito Social. Os pareceres

foram aprovados pelo plenário, mas houve controvérsias. Pró-reitora de Graduação, a professora Maria Fernanda Quintela se posicionou contrária à concessão de vagas para substitutos. “Como presidente do Conselho de Ensino de Graduação sou contrária aos pareceres, pois desconsideramos todo o trabalho feito por este conselho na distribuição de vagas. Devíamos ter vagas de professores efetivos”.

## VEJA A SEGUIR AS VAGAS APROVADAS PELO CONSUNI.

DIREITO:	8
MÚSICA:	2
FARMÁCIA:	1
FISIOTERAPIA:	1
ENFERMAGEM:	4
ODONTOLOGIA:	2

# Denise Pires de Carvalho assume comando da Capes

> Ex-reitora da UFRJ deixa cargo na Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação para presidir uma das mais importantes agências de fomento do país. Anúncio foi feito pelo MEC no dia 31

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br

Médica, pesquisadora, professora e ex-reitora da maior universidade federal do país, secretária de Educação Superior do MEC e agora nova presidente da Capes, Denise Pires de Carvalho deixa nesta quinta-feira (1º) o comando da SESU para presidir a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). O anúncio foi feito pelo Ministério da Educação no último dia 31. Em nota oficial, a pasta agradeceu “a contribuição ao longo dos 12 meses em que [Mercedes Bustamante] presidiu a fundação, além de desejar sucesso à nova presidente”.

Na SESU assume Alexandre Brasil, também professor titular da UFRJ e que integrava a equipe de Denise. Ele foi também pró-reitor de Pessoal de 2021 a 2023. O docente é graduado em ciências sociais pela UFRJ, onde também tem mestrado em Sociologia e Antropologia. É doutor em Sociologia pela USP, com pós-doutorado pela Universidade de Barcelona.

Na UFRJ, o clima é de supresa. O estudante Gabriel Guimarães Batista, diretor da Associação Nacional dos Pós-Graduandos (APG), celebrou a notícia. “A nomeação da professora Denise mostra não só sua qualificação, como também o prestígio da nossa instituição no cenário nacional”, afirmou.

Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa em exercício, o professor Felipe Rosa celebrou a “grata surpresa”. “Não há dúvidas de que a professora Denise é uma das pessoas que mais entende a pós-graduação aqui no Brasil, que mais se importa com a pesquisa. Agora, na presidência da Capes, ela vai estar em posição de exercer toda sua capacidade e sabedoria para atuar no se-



ARTUR MOÉS (SGCOM/UFRJ)

tor”, avaliou. “É uma excelente notícia”.

Para Felipe, a professora Denise já ter sido escolhida como secretária de Educação Superior do MEC e, agora, referendada como presidente da Capes, “manifesta a importância da UFRJ, enquanto universidade pública nacional”, diz. “Demonstra que o ambiente de onde ela veio, a nossa comunidade acadêmica, é muito forte”.

Perguntado sobre as expectativas da PR-2 em relação à Capes na gestão da professora Denise, Felipe é otimista, mas mantém certa cautela. “Vamos continuar o bom relacionamento que já existia na gestão da professora Mercedes e a equipe dela, mas sabemos das dificuldades. O Brasil continua numa situação difícil no que toca ao orçamento tanto para as universidades quanto para as agências de fomento”, explica. “Sabemos que não vai ter nenhum milagre, não estamos contando com

isso, mas, claro, esperamos uma aproximação natural da Capes”. Um dos temas prementes, segundo Felipe, é o Programa Institucional de Internacionalização da Capes. “Esperamos uma prorrogação ou talvez uma mudança do que seria o PrInt hoje, que já foi o Ciência Sem



**“Não há dúvidas de que a professora Denise é umas pessoas que mais entende a pós-graduação aqui no Brasil”**

FELIPE ROSA  
Pró-reitor de Pós-Graduação e Pesquisa em exercício

Fronteiras. Há uma expectativa de que o programa vá ser diferente. A gente espera que isso seja determinado esse ano”, afirma Felipe. “É bom ter alguém que a gente tem certeza que compreende a importância da internacionalização, da troca”, afirma. “A gente não quer só mandar pessoas, a gente quer trazer pessoas para cá, fortalecer a integração Sul-Sul, sobretudo com nossos vizinhos da América Latina”, conta. “A gente sabe que a situação orçamentária não é fácil, mas temos convicção de que ela certamente vai fazer o melhor”.

Reitor da UFRJ, o professor Roberto Medronho diz que a expectativa é muito boa. “A professora Denise é uma grande pesquisadora, profunda conhecedora do sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação, compreende a importância das bolsas para a formação dos nossos alunos de mestrado, doutorado, pós-doutorado”, afirma. “A

ida dela só vai fortalecer a importância que a Capes tem no cenário da CT&I no Brasil”.

A nova presidente da Capes está otimista. “Eu me sinto honrada pelo convite do ministro Camilo Santana para continuar na equipe, agora presidindo a Capes, esta importante autarquia vinculada ao MEC e um dos maiores pilares da ciência nacional”, revela.

Sua gestão à frente da Capes terá três grandes eixos prioritários: educação básica, internacionalização e avaliação da pós-graduação. “Queremos fortalecer a formação inicial e continuada de professores, discutir mais profundamente a internacionalização das instituições de ensino superior brasileiras e aprimorar os processos de avaliação da pós-graduação”.

A posse ainda não tem data para acontecer, mas a professora inicia a transição da SESU para a Capes a partir desta sexta-feira (2).

## CONFIRA LISTA DE DOCENTES QUE ENTREGARAM PROCURAÇÃO DOS 3,17%

A AdUFRJ apresenta em seu site a lista de todos os professores que entregaram procuração para o processo que buscará reaver a diferença de 3,17% devida desde os anos 1990. Os docentes que estavam na folha da universidade entre 1995 e 2001, ativos ou aposentados, podem ter direito ao ganho judicial.

Confira se o seu nome consta da listagem, disponível no site da AdUFRJ na aba “serviços”, em “atendimento jurídico”.

Caso não esteja, marque um atendimento no plantão jurídico do sindicato pelo e-mail atendimentojuridico@adufrrj.org.br ou envie mensagem de whatsapp para (21) 99808-0672.

Os 3,17% representam a dife-

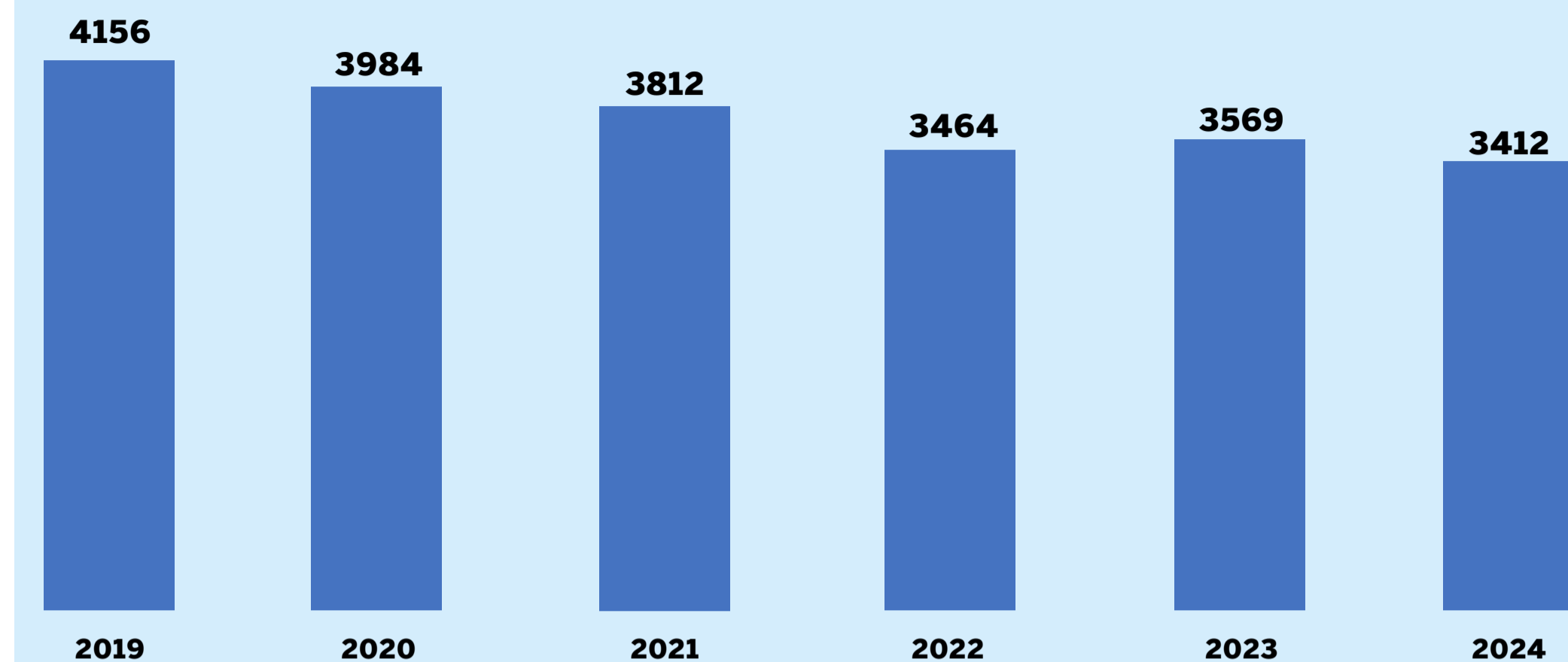
rencia de remuneração devida aos servidores em razão de reajuste não concedido pelo governo Fernando Henrique Cardoso. A AdUFRJ obteve vitória definitiva no processo coletivo e, após intenso debate, o Poder Judiciário determinou que as cobranças dos valores fossem efetivadas de forma individual.

No fim do ano passado, em au-

diência na Justiça Federal, UFRJ e AdUFRJ firmaram compromisso de que os critérios de cálculo já estabelecidos no processo coletivo sejam respeitados. O acordo é fundamental para agilizar o tempo de andamento dos processos, já que as diversas execuções individuais serão distribuídas nas mais diversas varas federais da

Justiça do Rio de Janeiro, com diferentes procuradores da Advocacia-Geral da União, o que poderia provocar variadas interpretações sobre um mesmo tema. “Eventuais recursos que prolongariam por anos os processos serão evitados”, afirma o assessor jurídico Renan Teixeira. **(Kelvin Melo)**

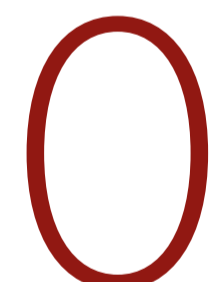
## SALÁRIO REAL MENSAL DO PROFESSOR AUXILIAR 1, 40H (EM R\$) JANEIRO DE 2024



# Docentes perderam 22% do poder de compra desde 2019

> Gráfico mostra corrosão salarial dos professores universitários federais. Professores sem mestrado e doutorado ganham menos do que o piso estabelecido para a educação básica

SILVANA SÁ  
silvana@adufrrj.org.br



O Ministério da Educação publicou nesta quinta-feira (1º) a portaria que estipula o novo piso salarial do magistério da educação básica. O valor, de R\$ 4.580,57, corresponde a um aumento de 3,62% em relação ao piso do ano passado, de R\$ 4.420,55. A atualização no salário é obrigatória por uma lei sancionada em 2008. O novo piso, aguardado desde dezembro pelos profissionais do ensino básico, curiosamente não é cumprido para os docentes do ensino básico federal e do magistério superior.

Essa injustiça salarial é o foco da proposta da AdUFRJ, de elevar o vencimento básico dos professores federais sem mestrado e sem doutorado ao nível do piso aprovado e defendido pelo governo federal. Elaborada em parceria com o economista Carlos Frederico Leão Rocha, diretor do Instituto de Economia da UFRJ, o projeto busca um reajuste de 34% no vencimento básico dos auxiliares, até que se equipare ao piso da educação básica. “Não faz sentido os professores universitários receberem menos que os docentes da educação básica, sobretudo porque o governo federal defende o

piso para a educação”, aponta Leão Rocha. “Como é possível o governo não cumprir o piso que ele mesmo propôs?”, questiona.

O docente elaborou um gráfico com o comparativo da corrosão salarial dos professores auxiliares I, em regime de 40 horas semanais (veja acima). De 2019 a 2024, com uma inflação acumulada de 33% no período, os docentes tiveram perdas de 22%. “Houve uma pequena recuperação no ano passado, com a concessão do reajuste de 9% pelo governo Lula, mas essa reposição já foi perdida”, mostra.

A proposta da AdUFRJ permite que todos os níveis da carreira tenham salários reajustados. Isto porque o vencimento básico de um nível é atrelado ao nível anterior. “Seria uma forma de devolvermos a dignidade aos professores universitários. O piso é pensado para isso, como um elemento de dignidade”, finaliza o economista.

Mayra Goulart, presidenta da AdUFRJ, concorda. “Está sendo negada a dignidade salarial a um conjunto de professores universitários. Nós compreendemos as dificuldades fiscais enfrentadas pelo atual governo,

mente, é cada vez mais comum encontrar professores que dependem de empréstimos consignados porque os salários são insuficientes para suas necessidades cotidianas”, aponta Mayra.

A docente reforça que o projeto é complementar à negociação salarial em curso entre os servidores públicos federais e o governo Lula. “É importante salientar que o tema do piso salarial para o magistério superior federal e EBT não concorre com

a negociação unificada. Trata-se de um processo de negociação específica, que busca justiça e dignidade salarial para os professores federais”, afirma.

O tema foi levado pela presidenta da AdUFRJ para a reunião do setor das instituições federais de ensino do Andes, no último dia 27 de janeiro. “Apresentei a proposta, os benefícios são nítidos, mas a direção nacional do Andes simplesmente ignorou uma justa reivindicação por melhores condições de salário e de vida dos professores federais”. A AdUFRJ não tem assento na mesa de negociação com o governo. O papel é desempenhado pelo Andes.

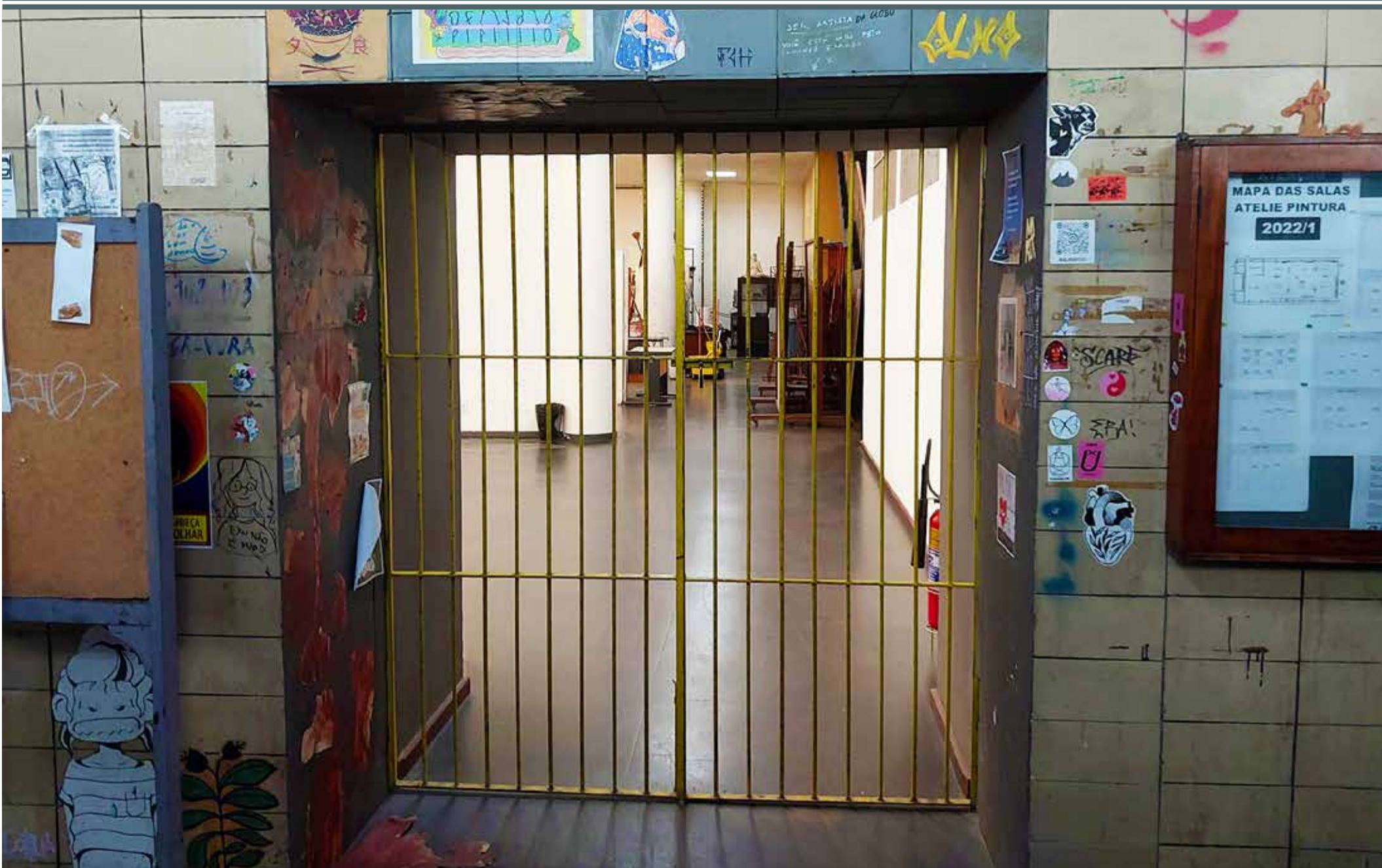


**“Não faz sentido os professores universitários receberem menos que os docentes da educação básica”**

CARLOS FREDERICO ROCHA  
Diretor do Instituto de Economia

mas não podemos fechar os olhos para as dificuldades pelas quais passam muitos docentes do magistério superior e da carreira EBT na universidade”, afirma a dirigente. “Infeliz-





# Risco de queda do teto interdita ateliê de pintura

> Conhecido como Pamplonão, ateliê Cândido Portinari tem 1.500 metros quadrados e atende a 31 professores e 650 estudantes. Fechamento segue orientação do Escritório Técnico da Universidade

KELVIN MELO  
kelvin@adufjrj.org.br

**A** mais nova crise da infraestrutura da UFRJ atinge um ícone da Escola de Belas Artes. O ateliê de pintura Cândido Portinari, conhecido como Pamplonão, no térreo do antigo prédio da reitoria, está interditado desde o dia 29. A medida da direção da unidade acompanha recomendação do Escritório Técnico da Universidade (ETU) que aponta risco de queda do teto. Não há previsão para a reabertura do espaço de 1.500m<sup>2</sup>, que atende pelo menos 31 professores e 650 estudantes, de acordo com os departamentos afetados.

Com constantes infiltrações desde 2017 — e sem a devida manutenção, por falta de orçamento —, a estrutura parece ter chegado ao limite. O laudo do ETU é demolidor. Há vazamentos por toda a extensão da cobertura, que causam poças e danos nos revestimentos do piso; descolamento de partes da camada do concreto da laje e oxidação da estrutura de apoio das luminárias, entre outros problemas.

“São muitos anos de falta de

investimento na conservação dos edifícios. Isso acarreta situações como esta”, afirma a diretora da EBA, professora Madalena Grimaldi. “A gente sempre reclamou que estávamos com problema de infiltração. Tem goteira em tudo que é lugar; tem balde em tudo que é lugar”, completa.

Faltando um mês e meio para o início do ano letivo, a direção corre contra o tempo para acomodar professores e alunos em outros locais. “Agora estamos em um processo, com apoio muito importante da FAU (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo), para tentar deslocar as muitas aulas para outros espaços”.

Para estas disciplinas, a situação é mais complexa do que a vivida após o incêndio no oitavo andar do edifício, em outubro de 2016. As chamadas atingiram outro bloco e, por um bom tempo, foi o Pamplonão que acolheu outras turmas. “São aulas de pintura com cavalete. Os cavaletes ocupam uma área grande. Não é a mesma coisa que uma mesa”, explica Madalena.

E não é só a questão da área ocupada. O professor Pedro Meyer Barreto, chefe do Departamento de Artes Base, diz que o Pamplonão nunca apresentou ventilação e iluminação adequadas, mas a interdição vai dificultar ainda mais o trabalho. “Com



FOTOS: KELVIN MELO

certeza, isso é uma precarização muito grande. No momento que a Escola é jogada na Faculdade de Arquitetura, existe toda uma adaptação ao prédio. O Pamplonão foi uma conquista dentro desse processo”, relata, em referência à saída forçada da EBA do

centro para o Fundão, durante a ditadura militar, em 1975. A Escola funcionava onde hoje está o Museu Nacional de Belas Artes.

As dificuldades extras da mudança têm relação com os materiais utilizados no dia a dia. “Nos

cursos de pintura e gravura, mexemos com solvente, ácido, vernizes, produtos de limpeza muito fortes. A pintura a óleo e a gravura em metal envolvem substâncias muito tóxicas”, esclarece Pedro.

O fechamento do Pamplonão interrompe ações acadêmicas rotineiras, como a exposição de trabalhos dos estudantes na Galeria Macunaíma, dentro do ateliê. “Havia um acordo de intercâmbio de exposições com USP, UFES, Uerj e UFF que será cancelado. Não tem mais como a gente receber este projeto”.

Pedro lembra ainda que o Pamplonão, com o pé direito muito alto, recebia a pintura dos cenários das óperas da UFRJ. “Estávamos numa situação precária, mas isso é horrível. É a paralisação de uma série de atividades”.

A interdição do ateliê também trava iniciativas novas. O Departamento de Arte e Preservação estava com tudo pronto para inaugurar a sala do Núcleo de Pesquisa e Estudo em Conservação, na área do mezanino. “O espaço conta com computadores, mobiliários e publicações específicas da área de conservação e restauração de bens culturais”, explica a professora Benvinda Ribeiro, chefe do departamento.

“Levei quase dois anos para organizar. Agora vai fechar e não consegui inaugurar”, lamenta.

Apesar de todos os problemas do lugar, o clima já é de saudade com a notícia da interdição por prazo indefinido. Com 33 anos na universidade desde aluna e docente desde 2013, Benvinda fica sem uma referência do cotidiano. “A gente fica com um sentimento de perda. Não tem jeito. Eu ia às vezes sábado e domingo trabalhar lá. É quase minha casa. Agora não vou mais poder. Ali é um espaço muito agradável apesar das goteiras. Se estivesse arrumadinho, seria perfeito”.

“O Pamplonão é um dos únicos espaços que a gente tem lá dentro com características mesmo de ateliê”, reforça a professora Luciana Maia Coutinho, chefe do Departamento de Análise e Representação da Forma. “Não é uma maravilha. No verão, é um calor insuportável. Mas marca uma situação de estar respirando arte, onde alunos de diferentes períodos se encontram. A chance de dar aula aberta para arte e desenho é incrível”.

## REITORIA RESPONDE

Além da impermeabilização do bloco, o laudo do Escritório Técnico indica a realização de serviços estruturais para “identificar as áreas em que o cobrimento do concreto está desprendido”, remover o material solto e fazer recuperações pontuais. “Em 2018, já existia processo para a impermeabilização dos blocos C e D do edifício. Temos agora a opção de fazer um aditivo ao processo existente ou abrir um novo processo para recuperar o ateliê. Mas ainda não temos



FOTOS: KELVIN MELO

uma estimativa do custo total”, explica a reitora em exercício, professora Cássia Turci.

A dirigente observa que a UFRJ enfrenta uma série de emergências, como a queda da

cobertura da Escola de Educação Física, em função da falta de investimentos nos últimos anos. Para superar a crise de infraestrutura, uma alternativa é conseguir a plena utilização das receitas próprias da instituição. “Ano passado, nós arrecada-

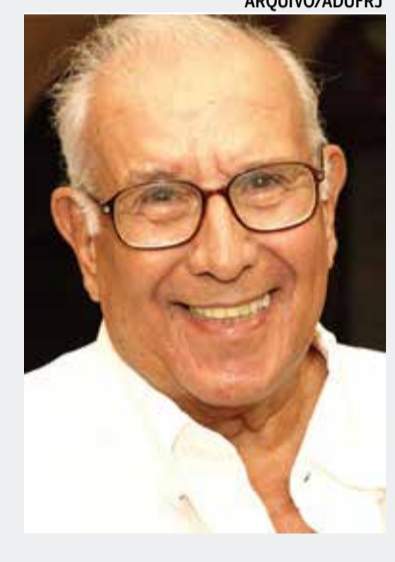


mos R\$ 69 milhões de receitas próprias. Destes, recebemos a autorização para utilizar R\$ 63 milhões. O MEC recolheu R\$ 6 milhões”, informa a reitora em exercício. “Na reunião da Andifes, que aconteceu nos dias 24 e 25 de janeiro, discutimos

isso: que todos os recursos captados possam ser utilizados plenamente pelas universidades para usar no que acharem mais importante. Se tivermos essa garantia, poderemos contar com esses recursos para algumas obras emergenciais”.

## POR QUE PAMPLONÃO?

Conhecido pela aproximação entre Academia e o mundo do samba, o professor Fernando Pamplona (1926-2013) dirigiu a EBA entre 1986 e 1990. Durante a gestão, o docente instalou o ateliê de pintura onde antes existia um ginásio poliesportivo e, desde então, o espaço ganhou o apelido carinhoso em homenagem ao mestre.



ARQUIVO/ADUFRJ

## VENTURA EM DEBATE COM SINDICATOS E ESTUDANTES

A reitoria quer discutir e votar no Conselho Universitário ainda este ano a alienação dos dez andares e meio que a UFRJ possui no Ventura Towers, um empreendimento com duas torres gêmeas no Centro do Rio. A ideia é trocar o valor obtido por contrapartidas em obras nos campi, que também serão definidas pelo colegiado. A proposta foi apresentada às entidades representativas da instituição — AdUFRJ, DCE, Sintufrj e APG — em reunião realizada na tarde de quinta-feira, 1.

Hoje, além de não ter um centavo para investimento na construção de prédios acadêmicos ou bandejões, a universidade gasta R\$ 5 milhões por ano com o condomínio do espaço a que tem direito no Ventura. Só metade das salas está alugada, o setor administrativo da Escola de Música ocupa dois andares e o restante está vazio.

O reitor Roberto Medronho anunciou que pretende fazer uma apresentação inicial ao Consuni no dia 8, sem deliberação. E, de imediato, solicitou “sensibilidade” no debate sobre as contrapartidas para que as pessoas reconheçam onde há mais problemas. “Se



a gente conseguir que as pessoas pensem melhor sobre isso, seria um grande avanço na ruptura da fragmentação histórica

da nossa universidade”, disse.

A presidenta da AdUFRJ, professora Mayra Goulart, participou da reunião. “Acreditamos que a

destinação dos imóveis da universidade é para ensino, pesquisa e extensão. Quando este patrimônio não está sendo alocado nessas atividades fins, o ideal é que não fique ocioso e seja utilizado para benefício da comunidade acadêmica”.

Hoje, como as universidades são limitadas nas suas receitas próprias — e a AdUFRJ tem atuado em Brasília para modificar este cenário —, a dirigente elogia a solução encontrada pela reitoria. “É salutar um arranjo que estabeleça contrapartidas não financeiras”.

## HISTÓRICO

Antes do Ventura, entre 1970 e 1985, a Faculdade de Letras funcionava no terreno da avenida Chile. Com a mudança da unidade para a Cidade Universitária, o espaço foi ocupado irregularmente por um estacionamento. O processo de negociação para a construção do prédio passou por três gestões de reitoria até sair do papel — Paulo Alcântara Gomes (1994-1998), José Vilhena (1998-2002) e Aloísio Teixeira (2003-2011). A construção durou de 2005 a 2009, ano em que o prédio foi inaugurado.



## Goteira do CCS cresce e tem página no Instagram

■ Goteiras não são exclusividade do Pamplonão. As fortes chuvas que atingiram a cidade na noite de quarta-feira (31) castigaram as instalações da UFRJ no campus Fundão. Poças nas vias, falta de luz nos postes, queda da internet e pelo menos uma “cachoeira” foi registrada nas dependências do Centro de Ciências da Saúde, próxima ao restaurante Fundão Grill.

A infiltração, infelizmente, não é incomum no Centro. Tanto não é que existe até uma página no Instagram (@goteiraccs) que registra episódios semelhantes desde junho de 2021. O perfil tem 104 publicações e 452 seguidores. “Vamos ver quanto tempo eu levo para sumir?”, ironiza o autor da brincadeira, na descrição do Insta.

# TRÊS MAESTROS UMA ORQUESTRA

> Para iniciar as comemorações pelos 100 anos da Orquestra Sinfônica da UFRJ, os últimos regentes se encontraram na Escola de Música para recordar histórias

RENAN FERNANDES  
renan.fernandes@adufRJ.org.br

O ano chegou em ritmo de festa na Escola de Música. A mais antiga orquestra sinfônica do Rio de Janeiro completa o centenário no segundo semestre, mas o calendário de festejos já começou.

O primeiro capítulo das comemorações foi um inspirado encontro entre os últimos três maestros. O regente atual, o professor André Cardoso, recebeu os professores aposentados Ernani Aguiar e Roberto Duarte para uma sessão de fotos e uma conversa sobre as mais de cinco décadas que juntos acumulam à frente da orquestra. O evento ocorreu no belíssimo Salão Leopoldo Miguez, na Lapa, sede da Escola de Música da UFRJ.

Criada oficialmente em 25 de setembro de 1924, a centenária Orquestra Sinfônica estará no epicentro de uma movimentada programação nos próximos meses. Haverá o lançamento de um livro, um programa na Rádio MEC e uma exposição. O ponto alto será um concerto no Theatro Municipal já agendado para 2 de setembro, com a estreia de uma sinfonia composta pelo maestro Ernani Aguiar e uma peça premiada no concurso do centenário da UFRJ em 2020. A produção de um documentário também está no horizonte.

## AULAS INSPIRADAS

A Orquestra é composta por 43 músicos profissionais e um contingente de alunos dos cursos de bacharelado em instrumentos. No formato sinfônico, mais de cem instrumentistas compõem o grupo. Os músicos profissionais são técnicos concursados, servidores da UFRJ. O maestro André Cardoso destaca a importância do convívio dos estudantes com os músicos. “Meus colegas profissionais que trabalham comigo são tão professores quanto

eu. A interação dos alunos com os profissionais abre caminhos no mercado para os estudantes”, apontou.

A relação entre alunos e músicos profissionais também reforça o impacto social que a Orquestra exerce. O perfil do estudante da Escola de Música está em transformação. Alunos egressos de projetos sociais encontram na Orquestra a porta para novos caminhos profissionais.

O maestro Roberto Duarte ressaltou a Orquestra da UFRJ como um celeiro de músicos para outras orquestras pelo Brasil. “Aqui se produz muito músico. Estava em um concerto no interior do Rio Grande do Sul e tinha 12 ex-alunos meus. Isso acontece em vários lugares do país”, recordou Duarte.

A temporada de concertos do Rio de Janeiro tem a Orquestra da UFRJ em destaque. A sinfônica faz concertos na Sala Cecília Meireles, no Theatro Municipal, participa do Festival Villa-Lobos e das Bienais de Música Brasileira Contemporânea. “A dedicação à música brasileira e à música contemporânea é uma característica da Orquestra desde sua fundação. São mais de 200 obras brasileiras inéditas que foram tocadas primeiro aqui”, destacou Cardoso.

## LEGADO DE MAESTRIA

As trajetórias dos três maestros se cruzaram como um legado de mestres. Duarte foi professor de Cardoso. Aguiar foi assistente de Duarte. Cardoso dividiu a regência com Aguiar. Mais que uma relação profissional, os três desenvolveram uma ligação recíproca de amizade. “Veja o orgulho que tenho de ter trazido o Ernani para a Escola e ter sido professor do André. Sinto que minha missão foi cumprida”, disse emocionado o maestro Duarte.

Roberto Duarte começou como estudante da Escola de Música em 1960. Em 1966, já era professor da unidade, a convite de Francisco Mignone. Foi assistente de Mignone, Eleazar de Carvalho, José Siqueira e Raphael Baptista. Deu aula de Regência e Prática de Orquestra. Duarte assumiu como regente titular da

orquestra em 1979, cargo que ocupou até a sua aposentadoria em 1995, mas na condição de assistente esteve à frente da sinfônica desde seus primeiros anos como professor.

O maestro lembrou uma passagem curiosa. Durante a montagem da ópera “Fosca”, de Carlos Gomes, Duarte teve dengue e, contrariando recomendações médicas, regeu a Orquestra com 41°C de febre. As memórias daquele dia ficaram pela metade nas lembranças do maestro. “Lembro do começo, mas não consigo me lembrar do final. Apagou completamente. Foi o único concerto aqui no Salão Leopoldo Miguez que não transpirei, porque eu estava mais quente que o Salão”, recordou com bom humor.

Ernani Aguiar já possuía vasta experiência musical quando ingressou como aluno na Escola de Música em 1977. Estudou violino com Paulina D’Ambrósio — professora da UFRJ por 42 anos —, composição com Guerra Peixe e regência com o maestro Pinto Fonseca em Belo Horizonte. Depois passou um tempo no Conservatório Cherubini, na Itália. Quando completou a graduação em violino na UFRJ, recebeu a distinção “summa cum laude” por seu rendimento acadêmico.

## SUMMA CUM LAUDE

Aguiar foi maestro da Rádio MEC, trabalhou na Funarte, até que recebeu o convite de Roberto Duarte para lecionar na Escola de Música em 1992. “Consi-

dero o maestro Duarte meu irmão mais velho. Aprendi muito com ele, mais que nos cursos regulares”, destacou. Após a saída de Duarte, Ernani Aguiar assumiu a regência da Orquestra — em conjunto com André Cardoso — até sua aposentadoria em 2023.

Quando ainda era corista do Colégio Marista, André Cardoso conheceu o maestro Ernani Aguiar. Entrou no curso de Composição da Escola de Música da UFRJ em 1985, mas trocou para Regência, graduando-se em 1991. Em 1994, ganhou o concurso de regência da Orquestra da UFF e começou sua carreira profissional, que o levou ao Theatro Municipal como maestro assistente e, depois, diretor artístico. Ingressou como professor substituto de História da Música até chegar à cadeira de Prática de Orquestra. Em 1998, já como professor efetivo, passou a dividir a regência com Aguiar.

Ernani Aguiar celebra ter sido o primeiro a colocar uma batuta na mão de Cardoso. “Eu estava ministrando um curso de verão dos Canarinhos de Petrópolis, onde André tocava viola. Certa hora, me chamaram ao telefone e, enquanto fui atender, ele regeu no meu lugar”, recordou o maestro. A experiência aconteceu novamente tempos depois. “Estava como assistente na Sinfônica Jovem, estávamos ensaiando o Choros Nº 10, de Heitor Villa-Lobos. Havia alunos de Regência, perguntei se alguém queria reger e ninguém quis. O André, que ainda não estudava, assumiu”, completou.

## NEM TUDO SÃO FLORES

O Salão Leopoldo Miguez é conhecido por ter a melhor acústica do Rio de Janeiro. Mas a estrutura da Escola de Música clama por reformas. O Salão não é refrigerado e o que limita o seu funcionamento durante os meses mais quentes. Ensaios e apresentações são encurtados para que os músicos e a plateia não sofram com o calor. A estrutura de ar-condicionado já existe, mas o prédio não possui rede elétrica capaz de suportar a demanda dos aparelhos.

Além dos problemas estruturais, existem os de custeio. A Orquestra Sinfônica da UFRJ não possui qualquer orçamento da UFRJ para financiar suas temporadas artísticas. “Não temos um centavo que seja para contratar um solista, um maestro convidado, ou contratar um caminhão para levar o equipamento da Orquestra para o local dos concertos”, lamentou Cardoso. Muitas apresentações acontecem apenas pelo esforço do corpo docente e técnico da Orquestra. “O transporte dos equipamentos é pago do meu próprio bolso ou por instituições parceiras”, completou o maestro.

Em 2019, os músicos profissionais da Orquestra pagaram um projeto de reforma acústica e elétrica — para a instalação de ar-condicionado — da sala de ensaio. O projeto está no Escritório Técnico da Universidade (ETU) aguardando a liberação de recursos para as obras.